



BARON, M. Queremos juízes e médicos objetivos; por que não jornalistas?. Folha de S. Paulo, 15 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/04/queremos-juizes-e-medicos-objetivos-por-que-nao-jornalistas.shtml>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

Queremos juízes e médicos objetivos; por que não jornalistas?

Ex-editor-executivo do Washington Post afirma que abandonar princípios básicos seria falha grave do jornalismo

Martin Baron

Jornalista, foi editor-executivo do Washington Post (2013 a 2021) e editor do Boston Globe (2001 a 2012). Autor de "Colisão de Poder: Trump, Bezos e o Washington Post", a ser publicado em outubro

[RESUMO] A objetividade é imprescindível para o jornalismo, afirma ex-editor-executivo do Washington Post, que nota com preocupação um crescente repúdio a esse princípio na própria imprensa. Ele argumenta que, ao contrário do que dizem seus detratores, a objetividade não significa neutralidade, falsa equivalência ou uma camisa de força, mas uma investigação tão imparcial quanto é humanamente possível, o reconhecimento de que os fatos são sempre complexos e que jornalistas precisam ter disposição para ouvir e ânsia de aprender para superar limitações e cumprir seu trabalho.

Muita atenção tem sido dada recentemente à objetividade no jornalismo. Esse é um tema afetado por confusão e distorção em abundância. Estou prestes a fazer algo tremendamente impopular em minha profissão hoje em dia: defender a ideia.

Recuemos um pouco. Para começar, vamos à definição de objetividade dada pelo dicionário. Eis o que diz o Merriam-Webster: "Expressar ou lidar com fatos ou condições conforme são apreendidos, sem distorção por sentimentos, vieses ou interpretações pessoais".

Isso nos ajuda um pouco a entender a ideia, mas é uma ajuda limitada. Sugiro que pensemos na objetividade no contexto de outras profissões. Como jornalistas e como cidadãos, habitualmente esperamos objetividade de profissionais de todo tipo.

Queremos juízes objetivos. Queremos jûris objetivos. Queremos policiais objetivos quando prendem suspeitos e detetives objetivos quando conduzem investigações. Queremos que promotores avaliem casos objetivamente, sem vieses ou agendas preexistentes.

Em suma, queremos que a justiça seja feita equitativamente. A objetividade —ou seja, uma avaliação justa, honesta, honrada, precisa, rigorosa, imparcial e aberta às evidências— está na base da equidade na aplicação da lei.

Queremos que médicos sejam objetivos no diagnóstico dos problemas de seus pacientes. Não queremos que recomendem tratamentos com base em impressões ou avaliações superficiais e subjetivas de seus pacientes. Queremos que médicos



ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



avaliem as evidências clínicas de modo equitativo, justo, honrado, preciso, rigoroso, imparcial e aberto.

Queremos que pesquisadores da área médica e reguladores governamentais sejam objetivos ao determinar se medicamentos novos podem funcionar e se podem ser tomados de modo seguro. Queremos que cientistas sejam objetivos ao avaliar os impactos de substâncias químicas sobre o solo, o ar e a água. Em suma, queremos saber com confiança que podemos viver em condições saudáveis, sem danos a nossos filhos, nossos pais, nossos amigos ou a nós mesmos.

A objetividade de profissionais científicos e médicos está no cerne de nossa confiança nos alimentos que consumimos, na água que bebemos, no ar que respiramos e nos medicamentos que tomamos.

Queremos objetividade também nos negócios. Queremos que as pessoas que pedem empréstimos bancários sejam avaliadas objetivamente com critérios válidos sobre garantias e a capacidade de saldar dívidas, não em preconceitos de raça ou etnia. O mesmo se aplica aos cartões de crédito: o acesso ao mercado de consumo deve ser condicionado a critérios objetivos, não a preconceitos ou premissas falhas sobre quem se qualifica ou não como risco aceitável.

O conceito de objetividade em todos esses campos não é contestado por jornalistas. Nós o aceitamos, o abraçamos, insistimos nele. Jornalistas investigam quando descobrimos sua ausência, especialmente quando isso leva a atos de injustiça.

Hoje —em uma era de desinformação e teorias conspiratórias insanas que envenenam nossa política e colocam a saúde pública em risco—, fazemos um pedido justificado aos líderes de todos os tipos: que encarem a "realidade objetiva", ou seja, aquilo que normalmente chamamos de verdade.

É claro que nem sempre se alcança a objetividade. Juizes, policiais e promotores nem sempre agem imparcialmente. Cientistas às vezes se rendem ao que gostariam que fosse fato ou manipulam dados em uma busca desonesta por glória profissional.

A falha em atingir padrões, contudo, não elimina a necessidade deles. Não os torna ultrapassados, mas ainda mais necessários e requer que os apliquemos de modo mais consistente e firme.

A maior parte do público, me arrisco a dizer, espera que os jornalistas também sejam objetivos. Ignorar suas expectativas ou desafiá-las diretamente é um ato de arrogância. Demonstra leniência com nossos vieses, os consagra e, o que é mais grave, trai a causa da verdade.

Hoje, cada vez mais, os jornalistas —especialmente os de uma geração em ascensão— repudiam o critério pelo qual comumente e resolutamente julgamos os outros.

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO (CJE)

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Prédio 2
Cidade Universitária. 05508-020. São Paulo. SP. Brasil
Fone: +55 11 3091-4117/4112
www3.eca.usp.br/cje | email: cje@usp.br



Incentivados e autorizados por muitos no mundo acadêmico, esses críticos da objetividade estão convencidos de que o jornalismo falhou em muitas frentes e que a objetividade está na raiz do problema.

Diversos argumentos são apresentados. Primeiro, ninguém seria verdadeiramente objetivo, uma vez que todos temos opiniões. Por que não admiti-las? Por que ocultá-las? Não estamos sendo francos se o fazemos.

Em segundo lugar, a verdadeira objetividade seria inalcançável. Nossos pontos de vista moldam cada escolha que fazemos na prática do jornalismo —desde os tópicos que escolhemos tratar até as pessoas que entrevistamos, as perguntas que fazemos e as maneiras como redigimos reportagens. Logo, reza esse argumento, se a objetividade genuína é inatingível, não devemos fingir que a praticamos. Não devemos nem sequer tentar.

Terceiro, a objetividade não passaria de outro termo para indicar uma falsa equivalência, neutralidade, falso equilíbrio e jornalismo do tipo "por um lado isso, por outro lado aquilo". De acordo com esse argumento, objetividade nada mais é que um esforço para nos protegermos de críticas enviesadas: quando as evidências apontam avassaladoramente em uma direção, sugerimos enganosamente a direção oposta.

Em última análise, os críticos enxergam a ideia de objetividade como antagônica à nossa missão maior: esse padrão seria uma camisa de força. Não conseguimos retratar a realidade como ela é. O efeito concreto é o de desinformar. Os valores morais são subtraídos de nosso trabalho. A verdade é soterrada.

Muitos jornalistas concluíram que nossa categoria falhou miseravelmente em cumprir suas responsabilidades em um momento perigoso da história. A evidência que apresentam é o fato de Donald Trump ter sido eleito, não obstante suas mentiras, seu nacionalismo, sua estupidez e sua linguagem racista e misógina; que Donald Trump ainda exerce influência forte sobre políticos republicanos e, portanto, sobre boa parte do público americano; e que uma parte tão grande dos eleitores americanos se recusa a aceitar os fatos básicos, rejeita a razão, a lógica e as evidências e se deixa levar por ideias conspiratórias extravagantes.

Não tivéssemos sido cerceados por padrões como a objetividade, creem os críticos, teríamos sido mais fiéis à missão do jornalismo de divulgar a verdade. A política americana poderia ser diferente. As pessoas teriam mais condições de diferenciar a verdade das mentiras.

Existe também a visão de que nós, jornalistas, nunca fomos transmissores confiáveis da verdade. Que aquilo que dizemos ser "objetivo" é, na realidade, subjetivo.

Os detratores da objetividade observam, com mérito, que a imprensa americana tem sido dominada por homens brancos. Historicamente, as experiências de mulheres, pessoas não brancas e outros setores marginalizados da população não foram relatadas adequadamente —ou nem sequer foram relatadas. Aquilo que homens

brancos consideram ser a realidade objetiva não é nada disso, dizem. Na visão deles, isso na realidade não passa do mundo visto sob a ótica do homem branco.

Essa é a crítica. Então, de onde veio essa ideia de objetividade e como ela se tornou um padrão jornalístico em primeiro lugar? As origens são um pouco obscuras, mas geralmente são identificadas como remontando a cerca de um século atrás.

Em 1920, o renomado jornalista americano Walter Lippmann publicou "Liberty and the News" (liberdade e as notícias). Ele foi um dos defensores mais influentes da ideia de "objetividade" no jornalismo. Nessa breve coletânea de ensaios, procurou esmiuçar esse conceito.

Para contextualizar, eis o que ele comentou acerca de sua própria era. Deve nos soar familiar.

"Há em toda parte uma desilusão cada vez mais furiosa com a imprensa, um senso crescente de as pessoas estarem perplexas e se sentirem enganadas." Lippmann enxergou uma enxurrada de notícias que chegam "apressadamente, em uma confusão inconcebível" e um público "que não tem a proteção dada por regras sobre evidências".

Ele temia um ambiente em que as pessoas, como ele disse, "cessam de reagir às verdades e reagem simplesmente a opiniões, ao que alguém afirma, não ao que de fato é".

"O fato fundamental", ele disse, "é a perda de contato com a informação objetiva". E ele se preocupava com a ideia de que as pessoas "acreditam naquilo que corresponde mais confortavelmente às suas ideias preconcebidas".

Seu diagnóstico foi muito semelhante ao que nos causa tanta preocupação hoje: as instituições democráticas estavam ameaçadas. Lippmann enxergava o jornalismo como essencial à democracia, mas, para que pudesse cumprir seu propósito, precisava de padrões.

"Sem proteção contra propaganda", ele escreveu, "sem padrões de evidência, sem critérios de ênfase, a substância viva de todas as decisões populares é exposta a cada preconceito e à exploração infinita. [...] Não pode haver liberdade para uma comunidade à qual falta a informação com a qual detectar mentiras".

Lippmann procurava uma maneira de combater a propaganda política de seu tempo. Entendia bem as ferramentas usadas para manipular a opinião pública. Ele próprio participou da máquina de propaganda do governo Woodrow Wilson (1913-1921). Viu como a propaganda do início do século 20 levou o mundo à carnificina da Primeira Guerra Mundial e como o sentimento público podia ser influenciado e explorado através de um esforço calculado. Ele também descreveu essa propaganda que emanava do governo como "a manufatura do consentimento".



Lippmann reconhecia que todos temos ideias preconcebidas, mas escreveu que "realizaremos mais lutando pela verdade que lutando por nossas teorias". Por isso, pedia "uma investigação dos fatos tão imparcial quanto for humanamente possível". Aí entrou a ideia de objetividade: uma investigação dos fatos tão imparcial quanto é humanamente possível.

Nosso trabalho como jornalistas, no entender dele, era determinar e contextualizar os fatos. A meta deveria ser que nossa atividade fosse tão científica quanto possível. Nossa pesquisa seria conscienciosa e cuidadosa. Seríamos guiados pelo que as evidências mostravam. Teríamos que ser ouvintes generosos e aprendizes entusiasmados, muito conscientes de nossos próprios preconceitos, conhecimentos limitados, nossas suposições e opiniões preexistentes.

Portanto, quando defendo a objetividade, a defendo como ela foi definida originalmente. Defendo o que ela realmente significa. O verdadeiro sentido da objetividade não é ser um argumento construído habitualmente por críticos apenas para que o possam derrubar.

Objetividade não é neutralidade. Não é jornalismo do tipo "por um lado isso, por outro lado aquilo". Não é falsa equivalência. Não é atribuir peso igual a argumentos opostos quando a grande maioria das evidências aponta em uma direção. Ela não sugere que nós, como jornalistas, devemos investigar cuidadosa e completamente apenas para depois nos rendermos à covardia, deixando de divulgar os fatos que trabalhamos arduamente para apurar.

O objetivo não é evitar críticas, bajular um lado ou outro em uma disputa ou apaziguar o público. Não é conquistar o afeto dos leitores e espectadores. Não requer que recorramos a eufemismos quando deveríamos estar nos expressando sem meias palavras. Não significa que nós, enquanto categoria profissional, trabalhemos sem a convicção moral do que é certo ou errado.

O princípio da objetividade tampouco "visou sugerir que jornalistas são isentos de viés", como escreveram Tom Rosenstiel, professor de jornalismo na Universidade de Maryland e ex-diretor-executivo do Instituto Americano de Imprensa, e o ex-editor-executivo Bill Kovach em seu livro "Os Elementos do Jornalismo".

"Pelo contrário", destacaram. O termo nasceu "do reconhecimento crescente de que os jornalistas estão cheios de vieses, muitas vezes inconscientes". Assim, "a objetividade exigiu que eles desenvolvessem um método consistente para testar informações, uma abordagem transparente das evidências, precisamente para que seus vieses pessoais e culturais não prejudicassem a precisão de seu trabalho".

Como destacaram Rosenstiel e Kovach, "não é o jornalista que é objetivo, mas o método", e "a chave está na disciplina do ofício".

A ideia é iniciarmos nossas pesquisas com a cabeça aberta e então trabalhar da maneira mais conscienciosa possível. Isso requer uma disposição de ouvir, uma ansia de aprender e uma consciência de que há muito que precisamos saber.

Não começamos já com as respostas prontas. Saímos em busca delas, primeiro com o desafio já grande de articular as perguntas certas e finalmente com a tarefa árdua de verificação.

Não é que embarquemos no nosso trabalho de reportagem sem saber nada. É que não sabemos tudo e, geralmente, não sabemos muito do que deveríamos saber — possivelmente não a maior parte do que precisamos saber. Aquilo que pensamos saber pode não ser correto, ou elementos importantes podem estar faltando. Assim, partimos para descobrir o que não sabemos ou o que não entendemos plenamente.

Chamo isso de trabalho de reportagem. Se não é isso que queremos dizer quando falamos em fazer jornalismo genuíno, o que queremos dizer precisamente?

Acho que nós, jornalistas, nos beneficiaríamos ao ouvir mais o público e não discursar tanto para ele, em tom de quem sabe tudo. Deveríamos ficar mais impressionados com o que não sabemos que com o que sabemos ou pensamos saber. O jornalismo se beneficiaria se tivesse mais humildade e menos arrogância.

Evidentemente, queremos que os jornalistas tragam sua experiência de vida para seu trabalho. A experiência coletiva de vida de todos nós em uma Redação constitui um manancial inestimável de ideias e perspectivas.

Inevitavelmente, a experiência de vida de cada pessoa é limitada. Pode nos dar subsídios, mas, sejamos francos, também pode nos limitar. Há um universo imenso lá fora, mais além da vida que cada um de nós viveu. Se há limitações à nossa capacidade de entender um mundo que ultrapassa o nosso, nós, como jornalistas, devemos nos esforçar para superá-las.

Na carta que escrevi aos profissionais do jornal quando me aposentei, no início de 2021, fiz uma observação que reflete o que penso: "Começamos com mais perguntas que respostas, tendendo mais à curiosidade e vontade de investigar que às certezas. Sempre temos mais para aprender".

Isso reforça algo que meu amigo e concorrente de longa data, Dean Baquet, então editor-executivo do New York Times, articulou com eloquência em um discurso em 2021. Abraço plenamente o ponto de vista dele.

Dean disse: "Minha teoria, que é compartilhada secretamente por muitos editores que conheço e respeito, é que uma das grandes crises de nossa profissão é a erosão da primazia do trabalho de reportagem".

"Não se fala o suficiente sobre a beleza da reportagem empática, realizada sem ideias preconcebidas, e o receio de que ela perca força em uma era que tanto valoriza os comentários imediatos, análises rápidas e frases de efeito."

"A certeza", disse Dean, "é uma das inimigas do ótimo trabalho de reportagem". Ele pediu que a reportagem "seja restaurada para a posição central".



Dean citou Jason DeParle, o excelente profissional do New York Times que fez reportagens sobre a pobreza na América: "A grande lição a tirar do trabalho de reportagem", disse Jason, "é que o mundo quase sempre é mais complexo e improvável do que parece quando você está sentado à sua mesa de trabalho".

Nenhuma dessas afirmações defende o falso equilíbrio. Elas defendem um entendimento genuíno de todas as pessoas e perspectivas e uma receptividade para aprender fatos desconhecidos. Nenhuma delas recomenda que ignoremos ou suavizemos as revelações trazidas por nossas investigações. São argumentos que defendem a investigação completa, com a mente aberta.

Nenhuma delas é um argumento contra os valores morais em nosso trabalho. É evidente que nós, enquanto categoria profissional, precisamos ter uma base moral, e ela começa com a valorização da verdade, do tratamento igual e justo de todas as pessoas, com dar voz àqueles que não têm voz e aos vulneráveis, combater o ódio e a violência, proteger a liberdade de expressão e os valores democráticos, e rejeitar os abusos de poder.

Todos esses pontos sugerem que evitemos nos arrogar a posição de autoridades morais. Todos são argumentos contra reportagens que já começam semiprontas, antes mesmo da apuração, em que a escolha de fontes é um exercício de confirmação de viés e onde se procura ouvir a voz do outro lado (muitas vezes no último minuto) apenas porque isso é exigido, não como ingrediente essencial de um trabalho de investigação honesto.

Todos argumentam contra uma corrida atropelada para os pódios das redes sociais para transmitir sentimentos impulsivos, sarcasmo e falso moralismo. Todos são argumentos a favor de reconhecermos nossas limitações —e de simultaneamente ampliarmos a lente do jornalismo e aprofundá-la. Essa é a exigência simples da objetividade e, para mim, é a razão indiscutível pela qual ela é imprescindível.

Para aqueles que dizem hoje que a mídia precisa ser explicitamente pró-democracia, eu diria o seguinte: todo jornal para o qual já trabalhei sempre foi. Os jornais defendem a democracia vigorosamente há décadas. Como é possível que vocês não tenham notado?

Uma das maneiras pelas quais esses veículos noticiosos protegeram a democracia foi cobrando a responsabilidade do governo e de outros interesses poderosos.

No início dos anos 1970, quando o Washington Post denunciou o escândalo de Watergate, o presidente Richard Nixon, seus assessores e aliados caracterizaram seus jornalistas como mentirosos e adversários políticos. Ao final, foi comprovada a veracidade do trabalho de reportagem, e a administração Nixon foi responsabilizada por abuso de poder, comportamento criminoso e obstrução da Justiça.

Quando o New York Times primeiro publicou os Papéis do Pentágono, a história oficial secreta da Guerra do Vietnã, foi acusado de traição à pátria e ameaçado de



processo criminal sob o argumento de que havia revelado informação sigilosa. A mesma coisa aconteceu com o Washington Post, que começou a publicar os Papéis do Pentágono pouco depois. Mas o que o governo estava realmente tentando ocultar do público? Como ele enganara os cidadãos americanos sobre a guerra e seu andamento. O New York Times e o Post se mantiveram firmes em nome de informar o cidadão americano.

Quando, em 2002, o Boston Globe expôs o acobertamento, que vinha sendo realizado havia décadas, de abusos sexuais cometidos por clérigos da Igreja Católica, estávamos enfrentando aquela que era, na época, a instituição mais poderosa da Nova Inglaterra. Havia todas as chances do mundo de a grande população católica da região reagir cancelando suas assinaturas do jornal.

Apesar disso, fizemos nosso trabalho, expondo como a igreja traiu os fiéis e seus próprios princípios. As repercussões continuam até hoje, em dioceses pelo mundo afora e no interior do próprio Vaticano.

Há uma pergunta feita frequentemente hoje: ao aderir a seus padrões tradicionais, a mídia estava à altura da tarefa de fazer a cobertura de um governo comandado por Donald Trump, com seu padrão de mentiras e impulsos antidemocráticos?

No entanto, virtualmente tudo o que o público sabe sobre suas mentiras e seus abusos do poder se deve ao trabalho das grandes organizações de mídia.

Não existe profissão isenta de falhas. Não existe nenhuma que sempre se pautar por seus ideais mais elevados. O jornalismo não é, de modo algum, uma exceção. Fracassamos com frequência, de modo constrangedor e grave. Em muitos casos, fizemos o mal: por erros de ação e erros de omissão. Devido à pressa e ao descaso, devido ao preconceito e à arrogância.

Nossas falhas, no entanto, não foram falhas de princípios. Foram falhas em seguir nossos princípios.

Podemos e devemos ter uma discussão vigorosa sobre como a democracia e a imprensa podem servir melhor ao público. Entretanto, a resposta às nossas falhas como sociedade e como categoria profissional não é renunciar a nossos princípios e padrões. Há muito disso ocorrendo nos Estados Unidos de hoje. A resposta está em reafirmar nossos princípios, reforçá-los, nos reengajar com eles e fazer um trabalho melhor para cumpri-los.

Tradução de Clara Allain.

Este ensaio foi adaptado de um discurso que o autor proferiu em 16 de março como parte da fellowship Richman na Universidade Brandeis.